



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

[REDACTED]
(Fazenda ANDORINHA)
PERÍODO
13/05 A 18/05/2010



LOCAL: Muricilândia - TO
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: S6°56'57.41" W048°57'26.18"
ATIVIDADE PRINCIPAL: Pecuária
ATIVIDADE FISCALIZADA: Pecuária
SISACT: 1037



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

ÍNDICE

Equipe	3
--------	---

DO RELATÓRIO

A. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR.....	4
B. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO.....	4
C. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS:.....	4
D. LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE	6
E. INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADE ECONÔMICA	6
F. DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS E DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS.....	6

ANEXOS

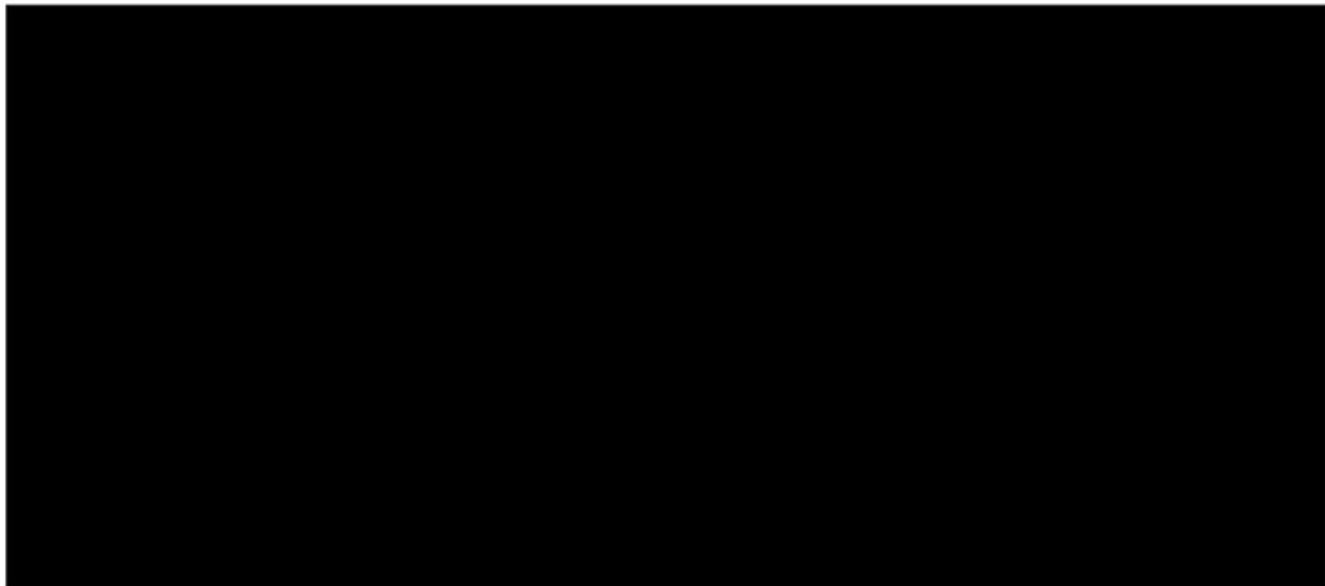
1. Notificação para Apresentação de Documentos (NAD)	A001
2. Cópia dos documentos pessoais do empregador	A002
3. Inscrição no Cadastro de Empregador Individual- CEI	A003
4. Cópias dos documentos da propriedade da terra	A005
5. Notificações Legislação e SST	A035
6. Cópias dos Autos de Infração	A039



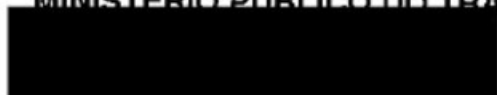
**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE REGISTRAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

EQUIPE

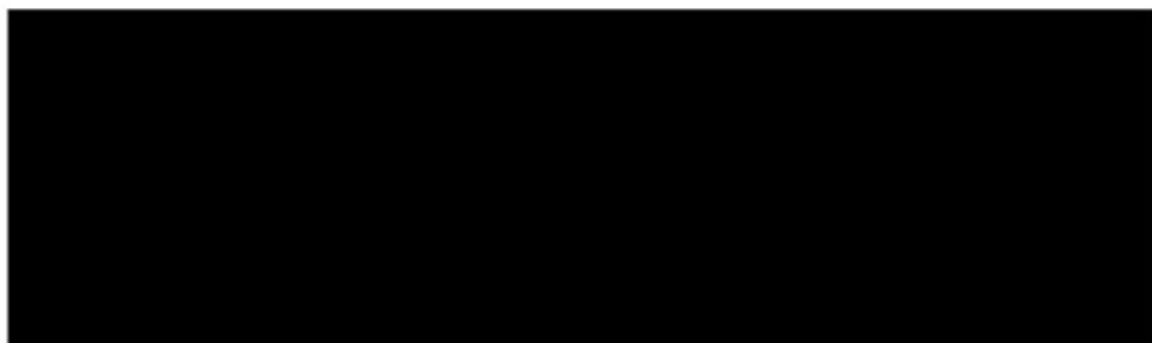
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



POLÍCIA FEDERAL





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

A. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR

- 1) Período da ação: 13/05 a 18/05/20010
- 2) Empregador: [REDACTED]
- 3) CEI: 50.015.05236-86
- 4) CPF: [REDACTED]
- 5) CNAE: 0151-2/03
- 6) Localização: Fazenda Andorinha. Rodovia TO 222, km 100 a direita. Zona Rural. Muricilândia - TO. CEP:77850-000.
- 7) Endereço para Correspondência: [REDACTED]
- 8) [REDACTED]

B. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

- 1) EMPREGADOS ALCANÇADOS: 19
- 2) EMPREGADOS NO ESTABELECIMENTO: 04
- 3) REGISTRADOS SOB AÇÃO FISCAL: 00
- 4) RESGATADOS: 00
- 5) NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS: 13
- 6) NÚMERO DE MULHERES ALCANÇADAS: 05
- 7) NÚMERO DE MULHERES NO ESTABELECIMENTO: 01
- 8) NÚMERO DE MENORES: 00

C. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS¹:

	Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação	Anexo às fls.
1	01927881-1	120071-2	Deixar de providenciar aterramento elétrico dos tanques de armazenamento de líquidos inflamáveis.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 20.2.11 da NR-20, com redação da Portaria nº 3.214/1978.	A089
2	01927102-6	131181-6	Armazenar agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins em desacordo com as normas da legislação vigente e/ou as especificações do fabricante constantes dos rótulos e bulas.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.18 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	A082
3	01927104-2	116029-0	Deixar de delimitar as áreas de risco previstas na	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 16.8 da NR-16, com	A086

¹ Consta dos Autos de Infração o nome [REDACTED] como autuado, no entanto, o nome correto do empregador é [REDACTED] conforme errata que segue em anexo ao fim de cada Auto de Infração.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE EMPREGO E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE ESPECIALIZAÇÃO E TREINAMENTO
DIVISÃO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA ATUALIZAÇÃO DO TRABALHADOR

			NR-16.	redação da Portaria nº 25/1994.	
4	01927105-1	131210-3	Permitir que máquina, equipamento ou implemento seja operado por trabalhador não capacitado ou não qualificado.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.12.1, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	A079
5	01927860-2	131027-5	Deixar de submeter trabalhador a exame médico demissional, até a data da homologação.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.1, alínea "e", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	A072
6	01927878-1	131464-5	Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	A075
7	01927879-9	131407-6	Deixar de planejar e/ou de implementar as ações de preservação da saúde ocupacional dos trabalhadores, prevenção e controle dos agravos decorrentes do trabalho, com base na identificação dos riscos ou deixar de custear as ações de preservação da saúde ocupacional dos trabalhadores, prevenção e controle dos agravos decorrentes do trabalho.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	A064
8	01927877-2	000393-0	Deixar de efetuar o pagamento das parcelas devidas na rescisão do contrato de trabalho até o 1º (primeiro) dia útil imediato ao término do contrato.	art. 477, § 6º, alínea "a", da Consolidação das Leis do Trabalho.	A053
9	01927876-4	001407-9	Deixar de efetuar o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano, no valor legal.	art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, com as alterações introduzidas pelo art. 1º, da Lei nº 4.749, de 12.8.1965.	A048
10	01927149-2	001146-0	Efetuar o pagamento do salário do empregado, sem a devida formalização do recibo.	art. 464 da Consolidação das Leis do Trabalho.	A042
11	01927150-6	000395-6	Não pagar ao empregado multa em valor equivalente ao seu salário, devidamente corrigido em decorrência do descumprimento do prazo	art. 477, § 8º, da Consolidação das Leis do Trabalho.	A059



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

			legal de pagamento das verbas rescisórias.		
12	01927101-8	001398-6	Deixar de efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal devido ao empregado.	art. 459, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.	A039
13	01927103-4	131408-4	Deixar de providenciar a emissão do Atestado de Saúde Ocupacional, em duas vias, quando da realização de exame médico ou providenciar a emissão do Atestado de Saúde Ocupacional com conteúdo em desacordo com o disposto na NR-31.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.3 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	A067

D. LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

Saindo do trevo da cidade de Muricilândia, seguindo na Rodovia TO-222, nas coordenadas geográficas S7° 2' 12.26" WO48° 54' 59", pegar a vicinal à direita. Nas coordenadas S6° 57' 28.02" WO48° 56' 14.05", pegar a bifurcação à direita. No ponto S6° 56' 19.11" WO48° 56' 50.70", pegar à esquerda são 14 Km depois das sete placas. Após o que alcança-se a Fazenda Andorinha, localizada na margem esquerda da vicinal. Sede da Fazenda, coordenadas S6° 56' 57.41" WO48° 57' 26.18".

E. INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADE ECONÔMICA

Trata-se de propriedade rural, com área total é de 500 hectares, conforme escritura pública de compra e venda, cuja cópia segue em anexo às fls. A005.

A propriedade fiscalizada, onde é preponderantemente desenvolvida a atividade de criação de gado de corte, é explorada economicamente pelo Sr. [REDACTED]

F. DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS E DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS.

Verificamos, ao entrar na fazenda, que havia duas construções em alvenaria, no caminho que levava à sede da fazenda. Uma das edificações era a moradia de um dos trabalhadores da fazenda, onde residiam ainda a esposa do mesmo e uma filha menor com cerca de três anos.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**



Vista externa da moradia.



A moradia estava em perfeito estado de conservação, aparentando ter sido recentemente reformada. As instalações atendiam o disposto na NR 31 quanto a moradia de trabalhadores em estabelecimento rural.



Interior da moradia.



Seguindo aproximadamente por mais 800m, chegava-se à cerca que circundava a área ao redor da sede da Fazenda, onde a equipe do GEFM foi recebida pelo empregador, Sr. [REDACTED]. Após informarmos ao mesmo que iniciariamos fiscalização no estabelecimento, buscamos informações com os

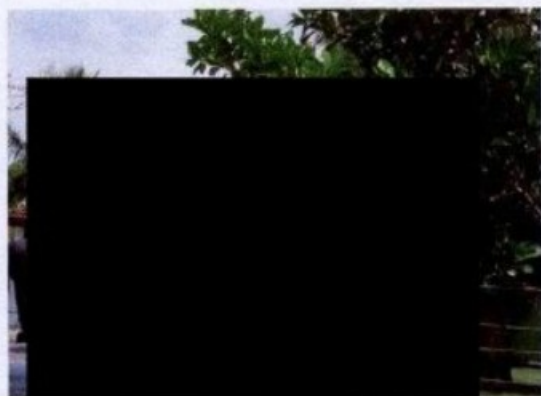


**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

trabalhadores encontrados a respeito da quantidade de trabalhadores no estabelecimento, assim como das condições de trabalho e moradia.



Área da sede da fazenda onde a equipe do GEFM foi recebida pelo empregador,



A seguir a equipe deslocou-se pela propriedade em busca de eventuais trabalhadores que estivessem desenvolvendo a atividade de roço de juquira para manutenção do pasto.



Incursoão ao interior da propriedade.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

Após percorrer parte da propriedade a equipe deslocou-se novamente para a sede, a fim de iniciar a inspeção dos locais de moradia e alojamento, bem como nas áreas de depósito de agrotóxicos, e de abastecimento de veículos.



Área da sede. À esquerda moradia do vaqueiro e da cozinheira e depósito.



Galpão garagem e tanque de abastecimento.



Estrutura que servia de depósito para materiais diversos, inclusive embalagens vazias de agrotóxicos.



Em entrevista com o empregador, apurou-se que a atividade de roço é realizada na fazenda de forma mecânica, com o uso de tratores.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Seguindo informações do empregador, parte da equipe fiscal deslocou-se para a área onde os dois tratoristas estavam trabalhando.

Verificou-se que atualmente são mantidos na propriedade 04 trabalhadores, dentre os quais uma mulher, que foi contratada como cozinheira. Os demais trabalhadores desenvolvem as funções de tratorista e vaqueiro.

A partir da inspeção no estabelecimento e das declarações dos trabalhadores, a equipe de fiscalização pôde constatar que o vaqueiro e os tratoristas utilizavam chapéus ou bonés e botinas de uso cotidiano, já bastante deteriorados, e que haviam sido adquiridas a expensas dos próprios trabalhadores.



Trabalhador utilizando botina rasgada, comprada por ele mesmo.



Verificou-se que os trabalhadores [REDACTED], ambos tratoristas, não tinham sido submetidos a qualquer tipo de qualificação ou capacitação para operar os tratores utilizados para realizar o roço na propriedade.

Os agrotóxicos estavam armazenados em desacordo com as instruções constantes dos folhetos que acompanham os produtos. Apurou-se que eram utilizados no estabelecimento o GLIFOSATO 480 AGRIPEC- agrotóxico de classificação toxicológica III, e que mencionado produto era mantido em cômodo no qual também eram mantidos alimentos (milho, açúcar e óleo de soja), ferramentas (arado manual de jardim), e utensílios diversos. Importante mencionar que os agrotóxicos foram encontrados em cômodo que integra a moradia dos empregados [REDACTED]



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**



Cômodo da moradia do vaqueiro onde estava armazenada embalagem de Glifosato.



Além disso, foi encontrada uma bomba costal ao ar livre sobre um botijão de gás GLP, sem qualquer mecanismo impeditivo de acesso de pessoas ou animais. Segundo próprio empregador, constava na referida bomba, calda de Glifosato.



Bomba costal.



Ainda quanto ao armazenamento de agrotóxicos, embalagens vazias com capacidade para 20 litros de TORDON e DOMINUM, bem como do adjuvante JOINT OIL, foram encontradas em área situada a cerca de cinquenta metros da sede da fazenda e distante aproximadamente dez metros do paiol. As embalagens estavam junto com telhas de metal entortadas, resto de madeira, embalagens de tintas, telhas, carroça, pneu velho e outros materiais. Além disso, estavam depositadas diretamente no chão de terra nua, em local desprovido de paredes, composto apenas de precária estrutura de madeira coberta de telhas. Fatos que demonstram conduta no mínimo omissiva por parte do empregador no que diz respeito aos cuidados mínimos em se utilizar agrotóxicos no empreendimento, compreendendo aí a falta de cuidados no armazenamento e no descarte das embalagens de agrotóxicos e adjuvantes.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO



Embalagens de agrotóxico dispostas irregularmente.



Constatamos que era mantido pelo empregador um tanque de armazenamento de combustível para abastecer os tratores com óleo diesel, atividade que era desenvolvida pelos próprios tratoristas. O tanque estava situado em galpão de madeira não isolado, localizado aos fundos da casa sede, a uma distância não superior a trinta metros da moradia de um casal de trabalhadores. Apesar de se tratar de tanque de combustível não havia sistema de aterramento para proteção contra centelhas decorrentes da eletricidade estática, o que gera o risco de incêndio ou de explosão por fagulhas ocasionadas pela diferença de potencial elétrico entre o receptáculo em questão e o solo. Note-se que tampouco havia delimitação da área de risco.



Tanque de combustível.



No dia 17/05/2010, em atenção a notificação deixada no dia da inspeção no estabelecimento rural, compareceu o empregador à Agência do Ministério do Trabalho e Emprego em Araguaína, acompanhado da assessoria de contabilidade da fazenda.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO



Entrega de notificação ao empregador (esq.). Apresentação de documentos (dir.).

Na oportunidade foram levantadas questões quanto ao pagamento de periculosidade aos trabalhadores expostos ao combustível e conseqüentemente o recolhimento de FGTS sobre essas parcelas.

A falta de pagamento do adicional de periculosidade reflete a não integralidade do pagamento do salário mensal, o que caracteriza por sua vez a inobservância, por parte do empregador, do prazo legal para o pagamento da remuneração. Verificou-se ainda que os valores pagos a título de salário, não constavam de recibos de pagamento, não havia formalização de recibos de pagamentos de salários, o que impossibilitava a verificação da pontualidade no pagamento de salários.

Verificamos ainda que o empregador deixou de efetuar o pagamento da segunda parcela do 13º salário até 20/12/2009. Não era observada também a data limite para o pagamento da rescisão dos contratos de trabalho, tal conduta enseja o pagamento de multa diretamente para o empregado no valor da remuneração percebida por este, conforme dispõe o art. 477 § 8º da CLT. No entanto, apesar de verificado o atraso no pagamento das verbas, o empregador deixou de indenizar o trabalhador com a multa prevista no artigo acima mencionado.

Pela não apresentação de documentos que comprovassem a obrigação, constatou-se, mais, que o empregador deixou de providenciar a emissão do atestado de saúde ocupacional demissional.

Através da análise da documentação apresentada, foram identificadas algumas competências sem recolhimento de FGTS, falta de informações corretas ao CAGED, falta de Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho e de recibos e avisos de férias.

Ainda no dia 17/05 o empregador foi novamente notificado, agora, para o pagamento da periculosidade devida aos empregados

nos períodos em que estiveram em contato com a bomba de combustível em razão do abastecimento dos tratores, com o conseqüente recolhimento do FGTS; bem como para apresentar a documentação que sanasse as pendências apuradas. (notificação em anexo às fls. A035).

No dia 18/05/2010 foram verificadas as pendências que constavam da notificação.

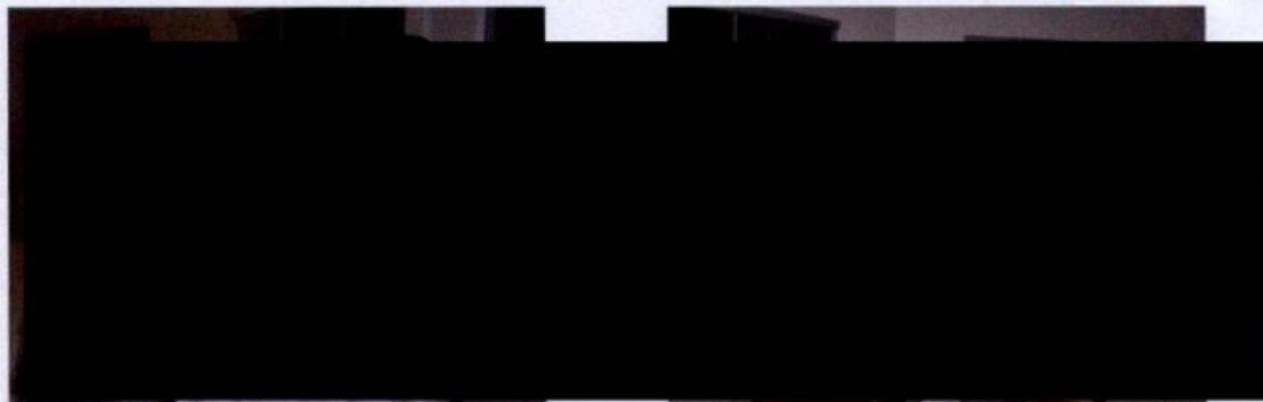


MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO



Apresentação de documentos.

Em seguida foram entregues os Autos de Infração ao empregador (cópias em anexo às fls. A039), encerrando-se a fiscalização com as anotações pertinentes no Livro de Inspeção do Trabalho.



Entrega de notificação e Autos de Infração.

Mencione-se que se tratou de fiscalização rural de rotina, onde foram identificadas irregularidades diversas, necessariamente autuadas e algumas passíveis de regularização, o que foi feito no curso da fiscalização.

Brasília, 25 de junho de 2010.



FIM